



**ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO INTERNA DE CONTRATOS DE GESTÃO EM
SERVIÇOS DE SAÚDE - CICGSS**

**INSTRUMENTO DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 02/2024-SES/GO
PROCESSO: 202300010063743**

BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE,
pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o
n° 50.351.626/0001-10, com sede na Avenida São Paulo, n°
340, Vila Brasil, Cesário Lange, CEP. 18.285-000, por sua
procuradora credenciada, vem à ilibada presença desta r.
Comissão, nos termos do artigo 24, VIII da Lei n° 13.019/14
e item 11 do edital de chamamento público apresentar **RECURSO
ADMINISTRATIVO** em face da decisão da Comissão Interna de
Contratos de Gestão em Serviços de Saúde, pelos motivos de
fato e de direito a seguir

1. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

O prazo assinalado para apresentação do
recurso contra a decisão da r. Comissão, de acordo com o
item 11 do edital são de **03 (três) dias úteis**, ou seja,
contado da publicação no portal do Estado de Goiás,
referente à fase de projetos, ocorrida no dia 11 de novembro
p.p., o prazo para apresentação do recurso encerrar-se-á em
14 de novembro.

Portanto, tempestivo o presente recurso.

Escaneie a imagem para verificar a autenticidade do documento
Hash SHA256 do PDF original 941a8e8aab13e2c46016447e258fabd2b997bcc9070a41470a51af0d8c257751
<https://valida.ae/613ec4246b3a3c750a1eb588420e52a0ebd82cef6e6a8208b>



2. DA DECISÃO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO e RAZÕES DE INCONFORMISMO

2.1. BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE

Da atenta leitura do resultado preliminar e da matriz de avaliação, houve por bem a Comissão apontar sobre a ***Implantação de Logística de Suprimentos***

Não foi possível observação e detalhamento das atividades considerando a planta física da unidade pretendida. Não apresentou etapas de dispensação de medicamentos (contemplando processo de utilização e dispensação segura e medicamentos).

Porém, não houve vislumbre do projeto apresentado pela organização social, já que O processo de dispensação de medicamentos e utilização está descrito a partir da ***página 102, volume 1 do Plano de trabalho***

Após, a r. Comissão mencionou sobre a ***Comissão de Biossegurança:***

A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe a proposta de constituição desta comissão (membros e finalidade), também exigidos para a composição de nota

Ocorre que os itens foram amplamente demonstrados na ***página 260 do plano de trabalho, volume 1.***



Também sobre a Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), a r. Comissão alegou:

A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota.

Porém, os itens não pontuados estão nas **páginas 261 e 262 do plano de trabalho, volume 1.**

Quanto a **Comissão de Resíduos de Serviços de Saúde**

A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota.

Mas, os itens não pontuados estão nas **páginas 403 e 405 da Plano de Trabalho, volume 1.**

Sobre o **Núcleo de Qualidade e Segurança do Paciente (NQSP)**, o apontamento diz:

A proposta trouxe o regimento interno e cronograma de atividade anual, mas



não trouxe na proposta de constituição desta comissão sobre os membros, também exigidos para a composição de nota.

Diferentemente, o projeto apresentado pela BHCL dispõe sobre os itens não pontuados nas **páginas 433 e 434, volume 2.**

Sobre o critério da r.comissão sobre o

Acolhimento

Este item abrange o conteúdo do item 4.1, que começa na **página 401 da PT, volume 2**, incluindo todos os seus subitens. Ele descreve, entre outros aspectos, as orientações sobre como a recepcionista deve proceder ao receber um paciente não agendado. Além disso, na **página 407**, são apresentadas as considerações relacionadas ao apoio psicossocial.

Do mesmo modo, sobre o **Proposta de implantação da Ouvidoria SUS** vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, com pesquisa de satisfação.

O Setor de Ouvidoria atua como um canal institucional e estratégico. A proposta deve primar pela criação de um canal de comunicação eficiente entre os usuários e o Sistema Único de Saúde (SUS) no estado, com o objetivo de receber, classificar e resolver demandas como reclamações, sugestões e elogios. Entende-se que



deve ser oportunizado diferentes canais de atendimento, como telefone, e-mail e formulário eletrônico, além do SAU, caixa de sugestões e pesquisa de satisfação. O item exige a pesquisa de satisfação que tenha vinculação com a Secretaria de Estado de Saúde, traz a pesquisa, mas não atribui conexão com a SES neste item em questão.

Mas, os itens indicados como faltantes estão nas **páginas 93 da PT, volume 2, está descrita a vinculação da pesquisa com a SES**

Já, a **Proposta para implantação do Acolhimento dos usuários na Policlínica.**

O acolhimento personalizado ao usuário está descrito na **página 421**, abordando o "uso" do espaço denominado terminal, destinado a receber residentes de locais mais afastados, além de apresentar outras propostas. Já a gestão de porta aberta é tratada no item 4.2.1.5.2, "Formas de Acolhimento para os Colaboradores", presente na **página 422 da PR**, volume 2. Este item destaca que as lideranças estão à disposição para resolver situações adversas envolvendo os colaboradores.

No critério de **Normas para o funcionamento do serviço de Administração Geral com especificação de**



estrutura, normas e rotinas, horário e equipe mínima, conforme descrito na **página 505, da PT, volume 2.**

Normas para realização dos procedimentos de aquisição, recebimento, guarda e distribuição de materiais na Policlínica.

A Dispensação da Farmácia clínica está na **página 102 da PT, volume 1**, e o armazenamento de medicamentos incluindo termolábeis e de controle especial está descrito a partir da **página 100, da PT, volume 1.**

Quanto a **Apresentação de critérios para a contratação de terceiros para os serviços de limpeza, vigilância e manutenção predial.** O cronograma para manutenção predial está apresentado a partir da **página 518, da PT, volume 2.**

Quanto a **Apresentação de projeto de desenvolvimento humano com pesquisa periódica de clima organizacional e definição de uso das informações.** O item está descrito a partir da **página 523 da PT, volume 2**

No que tange a **Proposta para estabelecimento de Normas para Seleção de Pessoal, Contrato de Trabalho e Avaliação de Desempenho, sugestão de condutas para combater absenteísmo dos profissionais e estimular produção,** O item está descrito, e se inicia na **página 527 da PT, volume 3.** O modelo de contrato está apresentado na **página 533.**



Sobre o **Registro e controle de pessoal e modelo para escalas de trabalho e apresentação de critérios para casos de afastamentos (férias e licenças)**. O item se encontra descrito, e se inicia na **página 541 da PT, volume 2**. O modelo de contrato está apresentado na **página 533**.

Por fim, **Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis;**

Apresentado o item correspondente a Proposta de trabalho com adequado planejamento, visão de futuro, cronogramas de execução, custos estimados e resultados factíveis, às pags 568 a 577, apenas os planos de ação referente a proposta apresentada pela organização. Porém ao lermos toda a proposta, foi evidenciado no teor da proposta que a Organização tem definida sua identidade organizacional e modelo de gestão compartilhada cujo modelo de gestão (pág 18) é orientado pelo planejamento e controle dos processos organizacionais, e cuja metodologia é apoiada na adoção de Sistema de Gestão da Qualidade com foco na Segurança do Paciente. Não evidenciamos a proposta de novos projetos que caracterizam a visão de futuro, geralmente na implantação de novas tecnologias e certificações.

Evidenciada no anexo 17 proposta financeira de custeio da Unidade.

Mas, A proposta para novas tecnologias inicia-se na **página 147 da PT, volume 1**

Portanto, demonstra-se que a r. Comissão deixou de atribuir pontos para a **Beneficência Hospitalar de Cesário Lange**.



A entidade comprovou os critérios de pontuação exigidos, não havendo, portanto, razões para a manutenção de sua pontuação.

A manutenção da pontuação e posterior classificação constitui-se em descompasso com o instrumento convocatório e a lei de licitações.

2.2 DA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE

- AGIR

2.2.1 COMISSÃO DE ÉTICA MULTIDISCIPLINAR

A proposta contida nas páginas 298-299 faz referência aos conselhos de classe de outro estado, Mato Grosso do Sul, o que configura descumprimento das disposições estabelecidas no edital.

Em face dessa inconsistência, a proposta deve ser penalizada com redução substancial na pontuação, uma vez que não atende aos requisitos exigidos, em conformidade com as normas e condições estabelecidas no certame.

2.2.2. PROPOSTA PARA REGIMENTO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM

Nas fls.163, a proposta apresenta elementos que são incompatíveis com o escopo de atuação da unidade. Em razão dessa inconformidade, a proposta deve ser integralmente penalizada na pontuação correspondente ao item, visto que não atende aos requisitos estabelecidos para a execução do objeto previsto no certame.

2.2.3. PROPOSTA FINANCEIRA



A proposta não atende à exigência do prazo mínimo de 120 dias, conforme estipulado no item 7.1.5 do edital (página 815), configurando descumprimento das condições estabelecidas no certame.

2.3. DO HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

2.3.1. DA DOCUMENTAÇÃO:

Não há documentos disponíveis para análise no link fornecido.

2.4 DO INSTITUTO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

- INDSH

2.4.1. TETO SALARIAL PARA TÉCNICOS DE ENFERMAGEM

O valor estipulado para a categoria é de R\$ 3.325,00 (três mil trezentos e vinte e cinco reais), conforme os parâmetros estabelecidos, entretanto, a proposta apresentada na página 796 indica o valor de R\$ 2.472,00 (dois mil quatrocentos e setenta e dois reais) para a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho.

Em razão dessa incompatibilidade com o teto salarial fixado, a proposta deve ser desclassificada, por não atender ao limite estabelecido, em desacordo com as disposições da Lei nº 13.467/2017, que dispõe sobre a reforma trabalhista e estabelece normas relativas ao piso salarial para a categoria.

Tal discrepância configura uma violação das condições do edital e das disposições legais pertinentes, especialmente no que se refere à observância do piso



salarial e ao cumprimento das obrigações contratuais fixadas no processo licitatório.

O valor proposto pela licitante está abaixo do teto salarial estipulado, o que impede que seja considerada válida para o atendimento das exigências estabelecidas no certame.

O não cumprimento do teto salarial pode ser interpretado como uma violação aos princípios da legalidade e da isonomia que regem os processos licitatórios, conforme disposto no **Art. 37, caput, da Constituição Federal**, que estabelece que a Administração Pública deve atuar em conformidade com a legislação vigente, garantindo a transparência e a legalidade em todos os atos administrativos.

Ademais, a **Lei nº 13.467/2017**, que trata da reforma trabalhista, estabelece diretrizes claras sobre os pisos salariais das diversas categorias profissionais, impondo a observância desses limites como requisito para qualquer contratação, seja no âmbito privado ou público.

A proposta que se apresenta abaixo do teto salarial configuraria, portanto, um descumprimento do disposto nas normas trabalhistas e nas cláusulas do edital, que objetivam assegurar a justa remuneração para o serviço a ser prestado.

Dessa forma, em razão do não atendimento ao teto salarial fixado e do descumprimento das exigências editalícias e legais, a proposta apresentada deve ser **desclassificada** por não atender aos requisitos estabelecidos no certame, comprometendo a regularidade e a legalidade do processo licitatório.



Em razão da incompatibilidade entre o valor ofertado e o teto salarial estipulado na legislação vigente, e considerando a necessidade de cumprimento das disposições legais e editais, é medida que se impõe a desclassificação da proposta, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade administrativa e da valorização do piso salarial da categoria.

3. DO REQUERIMENTO

Ex positi, requer se digna esta inclita comissão de licitações o recebimento do apelo, seu processamento e acatamento, nos termos da fundamentação.

Não sendo esse o entendimento desta r. Comissão, o que se admite apenas por argumentação, requer, a imediata remessa à autoridade superior, por medida da mais lúdima Justiça!

Cesário Lange/SP, 14 de novembro de 2024.

(assinado digitalmente)




BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE
DEBORAH MENDES RIBEIRO CAPOVILLA
PROCURADORA CREDENCIADA

Página de assinaturas



Deborah Capovilla
460.075.918-40
Signatário

HISTÓRICO

- | | | |
|--------------------------------|---|--|
| 14 nov 2024
15:18:11 |  | Aline de Oliveira Lourenço criou este documento. (Email: zlbadvogados@gmail.com, CPF: 303.389.888-23) |
| 14 nov 2024
15:18:30 |  | Deborah Mendes Ribeiro Capovilla (Email: deborahribeiro@adv.oabsp.org.br, CPF: 460.075.918-40) visualizou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |
| 14 nov 2024
15:18:34 |  | Deborah Mendes Ribeiro Capovilla (Email: deborahribeiro@adv.oabsp.org.br, CPF: 460.075.918-40) assinou este documento por meio do IP 200.205.205.74 localizado em São Paulo - São Paulo - Brazil |

